

Até parece que o coordenador do Movimento Gestor pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conselheiro José Roberto Neves Amorim, é um pastor evangélico que segue as recomendações de Jesus. Em reportagem publicada no site do CNJ, consta que José Roberto costuma abrir reuniões e *workshops* sobre o tema conciliação, deixando clara a força que ela tem para o Judiciário.

Pensando da mesma forma que Jesus, Neves Amorim disse em entrevista ao CNJ que “O Judiciário brasileiro não funciona apenas para litigar, não vive só de litígios”. Em outras palavras, no decorrer da entrevista, ele quis dizer que o judiciário tem grande [interesse](#) e vive também para pacificar.

Segundo ainda a reportagem, ao longo desses 14 meses em que integra o Conselho, Neves Amorim tem pregado com iniciativas diversas de aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário a importância da conciliação para o País. “A Justiça fica mais aberta para a população, melhora o atendimento aos jurisdicionados e o estoque de processos existentes nos tribunais desafoga consideravelmente”, enfatiza.

Com suas atitudes de pregador da pacificação através da conciliação, mesmo não sendo um pastor e ainda que não seja um evangélico, o conselheiro José Roberto Neves Amorim está fazendo uma das vontades de Deus e do Senhor Jesus que chegou a chamar de “bem aventurado os pacificadores porque eles serão chamados filhos de Deus.”

Assim como o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deu um exemplo que deveria ser seguido por todas as igrejas evangélicas, sem exceção, agora o Conselho Nacional de Justiça vem pregando a cultura da pacificação, dando também exemplo para os discípulos de Jesus. Mais que isto: o judiciário, através dos seus servidores, vêm exercendo o ministério da conciliação que põe fim a guerra, litígios, contenda e falta de paz entre tantas pessoas.

Apesar do esforço que tem sido empreendido até com certo êxito, José Roberto reconhece se tratar de uma prática que precisa ser intensificada, por representar mudança profunda no modo de pensar dos brasileiros. “Não é fácil, porque a conciliação de certa forma reflete um modo de ser da própria sociedade, que tem sido orientada a litigar desde décadas passadas”, costuma afirmar.

Por isto, a igreja evangélica tem uma importante contribuição a dar para este projeto do judiciário brasileiro, até em obediência a Deus e ao Senhor Jesus.

Como disse o coordenador do Movimento Gestor pela [Conciliação](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que “o Judiciário brasileiro não funciona apenas para litigar”, a equipe da Ordem dos Agentes da Paz vem repetindo que “a igreja não vive apenas para pregar. Precisa exercitar, dar o exemplo. E apoiar incondicionalmente a difusão do hábito da pacificação entre os brasileiros.”

Créditos: Fonte da notícia e foto conforme publicação no site do CNJ.

